



A CO-CONSTITUIÇÃO DAS OPRESSÕES ESTRUTURAIS DA COLONIALIDADE: DA PRODUÇÃO E DA CAFETINAGEM DE SUBJETIVIDADES ÀS MICROPOLÍTICAS ATIVAS E REATIVAS

THE CO-CONSTITUTION OF COLONIALITY'S STRUCTURAL OPPRESSIONS: FROM THE PRODUCTION AND THE CAFETINATION OF SUBJECTIVITIES TO ACTIVE AND REACTIVE MICROPOLITICS

Felipe Cromack de Barros Correia¹

RESUMO

Este artigo é uma reflexão sobre a importância da análise das opressões estruturais de gênero, classe e raça, por meio de uma prática que não reitere princípios de segregação e exclusão. A relevância deste texto se vê nas inúmeras práticas cotidianas de desvalorização de determinados corpos e de expropriação de suas subjetividades por não se adequarem às normas sociais, culturais e políticas. O conceito de co-constituição das opressões foi apropriado de María Lugones e ocupa papel central no artigo, que coloca em questão a interseccionalidade, por meio de um debate com autores como Ramón Grosfoguel, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez, tendo por principal motivação a constatação de que a análise das opressões de forma co-constituente já caracteriza uma resistência à forma de mundo colonial capitalista iniciada no século XV. Por último, a partir do arcabouço teórico levantado pela discussão sobre as opressões da colonialidade, faz-se possível buscar, no corpo fraturado pelas hierarquizações e segregações normativas, formas de combater ao regime colonial capitalista, com base nas discussões sobre micropolíticas ativas e reativas de Sueli Rolnik.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade. Subjetividades. Colonialidade.

ABSTRACT

This article is a reflection on the importance of analyzing the structural oppressions of gender, class and race, through a practice that does not reiterate principles of segregation and exclusion. The relevance of this article is seen in the countless everyday practices of devaluing certain bodies and expropriating their subjectivities, as they do not fulfill social, cultural and political norms. The concept of co-constitution of oppressions was taken from María Lugones and occupies a central role in the article that questions intersectionality, through a debate with authors such as Ramón Grosfoguel, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw and Lélia Gonzalez. The main motivation is the observation that the analysis of oppressions in a co-constituting way already characterizes a resistance to the colonial capitalist world form that began in the 15th century. Finally, from the theoretical framework raised by the discussion on the oppressions of coloniality, it is possible to seek, in the body fractured by hierarchies and normative segregations, ways to fight the capitalist colonial regime based on the discussions about active and reactive micropolitics of Sueli Rolnik.

KEYWORDS: Intersectionality. Subjectivities. Coloniality.

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestrando em História Social e da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Bolsista Capes. E-mail: lipe1212@live.com.

1 INTRODUÇÃO

É fundamental constatarmos que as abordagens que segregam e hierarquizam as diferentes opressões de raça, classe e gênero são, atualmente, alvo de críticas construtivas não só do feminismo negro, mas também de uma visão que ultrapassa os estigmas da normatividade ocidental e enxerga a interseção entre as diferentes opressões estruturais na base da modernidade colonial capitalista brasileira e mundial. Assim, as propostas do feminismo ocidental branco, principalmente proveniente do eixo EUA-Europa, esquecem e silenciam os corpos, os saberes e as subjetividades das mulheres negras, não possibilitando a integração das mulheres pretas na luta feminista. Esquecem-se, na medida em que não a analisam, da própria história do feminismo branco, o qual apenas foi capaz de libertar mulheres brancas de classe média das amarras machistas na segunda metade do século XX por meio da exploração do trabalho de muitas mulheres pretas, por exemplo, com o trabalho doméstico assalariado.

O objetivo deste artigo é destacar a importância de uma abordagem interligada e não hierarquizada ao debatermos as opressões estruturais de gênero, raça e classe. Diante disso, foi fundamental uma discussão de autores como Kimberlé Crenshaw, María Lugones e Ramón Grosfoguel, a fim de diferenciar as propostas interseccionais da co-constituição das opressões. Por meio de um debate bibliográfico entre María Lugones, Lélia González, Aníbal Quijano e outras teorias de gênero, foi possível constatar que essas mulheres que sofrem em seu cotidiano as violências plurilaterais das opressões da modernidade resistiram há séculos à colonialidade² de gênero, do ser, do saber e do poder pelas formas mais criativas possíveis. Desse modo, possibilitam pensar práticas capazes de desestabilizar e de se insurgir contra o sistema-mundo ocidental capitalista vigente, chamadas pela psicanalista Suely Rolnik de “micropolíticas ativas”.

2 MICROPOLÍTICAS E AS SUBJETIVIDADES

As estruturas dominantes de raça, classe e gênero que permitem a certos corpos serem considerados sem valor, sem cultura e sem conhecimento pelas opressões e injustiças da colonialidade são tratadas a nível das subjetividades por Suely Rolnik em seu livro *Esferas da*

² Por colonialidade, utilizo a ideia de Aníbal Quijano sobre a exploração da dominação capitalista através da classificação racial/étnica da população como padrão de poder que tem sua origem na colonização das Américas. Trata-se de um poder que utiliza a racialização do ser em prol da hegemonia, da produção e do controle das subjetividades, ideia que María Lugones complementa ao afirmar que não pode ser desassociada da colonialidade do gênero.



insurreição: notas para uma vida não cafetinada (2018). Rolnik demonstra a capacidade do sistema-mundo racializante de se expropriar das potências subjetivas de criação de mundos alternativos, principalmente dos indivíduos subalternizados que se encontram no limite das normas do vivível. Essa privação de epistemologias, cosmogonias e cosmologias que Suely Rolnik denomina “cafetinagem” (ROLNIK, 2018) está presente desde o colonialismo, mas é intensificada nos dias atuais. Para além disso, o texto da autora nos possibilita responder a outras perguntas fundamentais sobre este mundo hegemônico: Existe a possibilidade de se insurgir? Como se insurgir? Quem pode resistir e pensar em novos mundos?

Desse modo, para Rolnik, o capitalismo, que antes extraía suas forças da produção e da mais-valia, será gradualmente convertido em um novo regime, chamado de colonial-capitalístico (ROLNIK, 2018, p. 103). O combustível para perpetuar esse regime é a força vital, as subjetividades dos indivíduos e a possibilidade de criar outras formas de viver, algo que o transforma num poder cada vez mais perverso. É “a própria criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor” (ROLNIK, 2018, p. 32-33). Assim, o capitalismo que perpetua formas de poder semelhantes às da colônia – a colonialidade – constrói o mundo ideal através da essência dos corpos, a qual não é mais uma fonte apenas econômica, mas agora subjetiva.

Como Preciado esclarece no prefácio ao livro de Rolnik, o livro é um “guia de resistência micropolítica em tempos de contrarrevolução” (PRECIADO, 2018a, p. 12), por meio de “uma cartografia das práticas micropolíticas de desestabilização das formas dominantes de subjetivação” (PRECIADO, 2018a, p. 12). Nesse sentido, a autora procura detalhar em seu texto as formas pelas quais os indivíduos que se situam dentro do regime normativo adotam micropolíticas ativas ou reativas e pensar medidas possíveis para uma contrarrevolução coletiva. Além disso, procura entender quais são os caminhos e os mecanismos pelos quais essas subjetividades criadoras são expropriadas pelo regime na tentativa de atualizar e propagar a dominância de sua normatividade. “É a destituição desse seu poder que torna a subjetividade dócil e submissa aos modos de existência necessários ao regime e à sua exploração” (ROLNIK, 2018, p. 164).

Nessa dinâmica de poder que extrai sua força das subjetividades criadoras, principalmente de indivíduos racializados e subalternizados, não basta apenas lutarmos no âmbito macropolítico pela igualdade de direitos, algo que todos já deveríamos fazer. Ao invés disso, Rolnik ressalta que a luta deve estar vinculada a um caráter micropolítico, o qual visa a potencializar e polinizar as formas “outras” de ver o mundo. Na verdade, ao passo que enxergamos as subjetividades criadoras e a força vital como combustíveis do regime atual, algo que Suely Rolnik conceituou de “cafetinagem das subjetividades criadoras”, é necessária uma insurreição micropolítica, a qual está



no mesmo plano das subjetividades, em virtude da necessidade de “reapropriar-se da força de criação e cooperação” (ROLNIK, 2018, p. 35), inviabilizando sua exploração. Nesse sentido, todas as formas de se revoltar contra o regime dominante que busquem potencializar esses novos mundos silenciados e negligenciados por um sistema-mundo ocidental normativo são bem-vindas, principalmente as que vêm dos indivíduos subalternizados, esquecidos, “não-seres”, marcados pelo símbolo da morte legitimada pela necropolítica.

Se, na micropolítica ativa, o que move a ação é a sobrevivência e a continuação da vida pela potencialização dos germes de novos mundos, na micropolítica reativa, posição submissa ao regime dominante, tem-se o contrário. Nela, o foco da prática será na manutenção do *status quo* e das estruturas normativas que se conhecem – “uma subjetividade reduzida à sua experiência como sujeito, na qual começa e termina seu horizonte” (ROLNIK, 2018, p. 66). As micropolíticas reativas procuram aniquilar o abalo causado pela ameaça do surgimento de formas “outras” de viver que ultrapassam o regime dominante. A micropolítica reativa, a qual identifica as interrogações não habituais da subjetividade na exterioridade do sujeito, traçará seu objetivo na aniquilação desses corpos não normativos, suas formas de viver e ser no mundo. Essa procura por apagar a chama da desestabilização é o verdadeiro combustível para o regime atual se perpetuar e para tornar os corpos que são capazes de destruí-lo corpos não vivíveis, sem direitos políticos e sociais, corpos marcados para morrer, cujas mortes a necropolítica se encarrega de legitimar. Entretanto, o que perpetua essa forma de micropolítica é o medo, o medo dessas subjetividades, o medo de que quaisquer mudanças nas epistemologias, cosmologias e cosmogonias de mundo dominantes acarretem o aniquilamento desse mundo e, automaticamente, o seu próprio aniquilamento.

Uma dessas formas de resistência e re-vivência que podemos lembrar com auxílio da historiadora e ativista da segunda metade do século XX Lélia Gonzalez é o surgimento e a inserção do “pretuguês” na sociedade brasileira pelas mulheres pretas da diáspora africana. Observa-se, a partir do final do século XV, nas Américas, quando se intensifica a exploração dos corpos pautada essencialmente na raça, momento chamado de colonialismo, resistências à imposição do idioma português que o modificaram, trazendo características provindas da diáspora africana.

Desse modo, o que é possível enxergar é que o feminismo branco silencia, ao passo que não só não fornece um ambiente saudável para debates e diálogos, mas também se apropria de falas, teorias e vivências que foram contemporâneas ou anteriores aos cânones da teoria feminista universalista. Não apenas por sua localização geopolítica, mas também por sua pigmentação da pele, diante de uma sociedade racista que não deixa de acionar a colonialidade dicotômica e desumanizadora nas reivindicações feministas, as mulheres pretas não puderam obter grande



visibilidade e representatividade nos estudos de gênero e de raça, algo que tenta ser corrigido nos dias atuais, por meio do movimento feminista negro e por visões decoloniais.

A contradição no movimento de mulheres brancas é facilmente percebida, visto que as transformações nas últimas décadas revolucionaram os direitos e as formas como as mulheres são tratadas, porém encobrendo a exclusão, a segregação, o silenciamento e a morte das mulheres negras, que compõem 75% dos homicídios de mulheres, de acordo com a pesquisa do jornal G1 (G1, 2020). Logo, pode-se dizer que essas mudanças do feminismo branco acabaram por se tornar micropolíticas reativas, pois se constituem dos mesmos aparatos colonialistas do regime que combatiam, excluindo e categorizando os corpos ditos não importantes.

3 A REATIVIDADE NAS DICOTOMIAS E HIERARQUIAS

O olhar que hierarquiza e separa as opressões de gênero, raça e classe esquece e silencia a natureza das relações heterogêneas de violência na sociedade colonial capitalista, as quais são impossíveis de serem desassociadas e hierarquizadas, visto que é através dessas mesmas ferramentas do capitalismo colonial moderno que os corpos se tornam precários, desumanizados e sem vida e têm sua pulsão vital expropriada e suas subjetividades cafetinadas. A divisão e a valorização de determinadas opressões, deixando de lado outras, foi e é uma das estratégias de gerenciamento da vida pela morte. Essas necropolíticas, conceituadas por Achille Mbembe, constituem o regime colonial capitalista de subalternização dos corpos, a fim de legitimar a não importância da morte de corpos pretos, pobres, favelados que não se enquadram nas normas ocidentais vivíveis (MBEMBE, 2018). Iniciadas durante a colonização das Américas e do Caribe, a partir do final do século XV, por meio da segregação do humano (homem branco civilizado) e do não humano (mulheres, povos originários e provindos da diáspora africana), essas estratégias de morte se perpetuam nos dias atuais não mais através do colonialismo, mas por uma dominação e uma exploração racializada voltada à produção e à atualização das subjetividades e dos indivíduos normativos atualmente: a colonialidade.

Desse modo, María Lugones mostra que “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (LUGONES, 2014, p. 935). Em outras palavras, as lutas que utilizam a separação das opressões e a categorização como ferramentas não questionam e não são capazes causar microfissuras no capitalismo colonial moderno, dado que, de certa forma, essa lógica compactua com os mesmos princípios do regime atual, servindo de micropolítica reativa para a continuidade das práticas normativas, o que se encaixa no uso do conceito de interseccionalidade atualmente. Por outro lado,



a autora oferece a ideia de “co-constituição das opressões”, apresentando uma proposta de análise não hierarquizada e que compreende o entrelaçamento inseparável dessas opressões no cotidiano de muitos corpos subalternizados.

Grosfoguel, durante o seminário internacional *Interseccionalidade: sexo, raça e gênero*, alertou-nos para o uso desenfreado do conceito de “interseccionalidade” sem uma crítica acerca do nascimento do termo. A criação do conceito de interseccionalidade, de Kimberley Crenshaw, segundo o autor, não está presente nas opressões múltiplas co-constituintes de María Lugones, mesmo que essa leitura errônea seja feita constantemente nos estudos de gênero e raça. Crenshaw, a partir de referências jurídicas, tenta compreender as relações como se estivessem em uma corte judicial e, para isso, separa as opressões – o oposto da universalidade de opressões proposta pelo feminismo negro. Para Grosfoguel, essa abordagem segregacionista da interseccionalidade de Crenshaw se iguala às práticas separatistas de outros movimentos reativos de análise histórico-social tradicionais, como o feminismo universal branco.

Dessa forma, o autor alerta para o mesmo apontamento de Suely Rolnik, que se resume à capacidade de esses usos indevidos se transformarem em uma arma de destruição de movimentos sociais, ou seja, uma micropolítica reativa de um “colonizador de esquerda”, pois, por exemplo, no mundo real – praticado e não apenas teorizado –, uma mulher negra vive essas opressões estruturais do capitalismo colonial moderno de forma concomitante, e não separadas juridicamente, como propôs Crenshaw. Ao segmentar e hierarquizar essas opressões, expropriamos mais uma vez as subjetividades criadoras teorizadas por Rolnik e Lugones:

Minha intenção é focar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas/intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas. Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial” (LUGONES, 2014, p. 941).

A colonialidade é a adaptação e a continuidade de práticas do colonialismo. Os mitos trazidos pela modernidade, de civilização e evolução, são responsáveis pela desumanização de culturas, práticas, subjetividades e saberes desassociados das normatividades estipuladas pelo saber ocidental branco patriarcal, que valoriza determinados grupos étnicos, sociais e culturais subalternizando outros. Assentados no que María Lugones e Aníbal Quijano conceituaram como colonialidade do poder, do saber, do ser e de gênero, os corpos que foram destituídos de história e de humanidade após esse complexo e duradouro processo puderam ter suas mortes legitimadas e a importância de seus corpos retirada por meio da racialização que segrega os corpos presentes na colonialidade.



4 COLONIALIDADE

O que o conceito de colonialidade do poder traz de novo é a leitura da raça e do racismo como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 123). Se a raça é uma categoria mental da modernidade, tem-se que seu sentido moderno não tem história conhecida antes da América (QUIJANO, 2005, p. 1). Nessa mesma linha, Dussel argumenta que a modernidade, assentada e iniciada nesses pilares, justifica uma “práxis irracional da violência” (DUSSEL, 2000, p. 49; BALLESTRIN, 2013, p. 101).

Ao tratar da colonialidade, devemos reconhecer as complexificações trazidas por María Lugones ao apontar que, para além do poder, do saber e do ser, o gênero/sexo também é fruto de uma imposição colonial e de uma ficção somática moderna, em virtude de instituir certos corpos como normativos e hegemônicos pela produção e pelo controle das subjetividades. Nesse sentido, podemos recorrer, com muita cautela, a autores cânones críticos da dicotomia de gênero/sexo que desumaniza e hierarquiza corpos, desde que estejamos cientes de seus limites eurocentrados, ocidentais, brancos e capitalistas. Por fim, faz-se necessário direcionar o debate para a expropriação das subjetividades e para as possíveis formas de resistir, reviver e se insurgir a partir de práticas que potencializam a criação de novos mundos, descafetinando as subjetividades que foram desumanizadas.

A colonialidade, para Aníbal Quijano, María Lugones e Sueli Carneiro, é inequivocamente essa dicotomia hierarquizada e racializada entre o vivível – normativo, hegemônico – e o não vivível – expropriado, desumanizado e morto. Entretanto, cada um desses autores propôs novas perspectivas específicas, as quais, somadas, possibilitam-nos abordar integralmente a forma de dominação das subjetividades que se perpetua no cotidiano desde a ocupação genocida e colonialista das Américas. Nesse sentido, buscando conciliar o pensamento dos autores sem hierarquizá-los e categorizá-los, tentarei esclarecer os principais debates em torno da colonialidade.

Nessa lógica, Aníbal Quijano é reconhecido por cunhar o conceito de colonialidade do poder, do saber e do ser. O “poder” está vinculado diretamente à dominação e à exploração por meio da classificação racial/étnica. Ademais, o “saber” refere-se ao controle das subjetividades, o qual complementarás as práticas necropolíticas que foram incapazes de aniquilar os saberes junto ao seu genocídio colonialista, impondo a hegemonia e a normatividade ocidental eurocêntrica branca nas relações subjetivas da colônia. Por fim, o “ser” está ligado à desumanização e aos epistemicídios cometidos e que permanecem ocorrendo na sociedade ocidental colonial capitalista moderna.

Visto isso, é necessário enfatizar que essas concepções de Aníbal Quijano já tinham sido trabalhadas por diversos autores e autoras com outros termos, os quais não obtiveram a mesma representatividade e visibilidade por pertencerem a grupos subalternizados por diferentes facetas da colonialidade epistêmica. Sueli Carneiro, mulher, preta, brasileira, por exemplo, em sua tese de doutorado *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* já apontava para esses mesmos aspectos da dominação e da exploração colonial moderna sob outras perspectivas:

Partimos do pressuposto de que a racialidade vem se constituindo, no contexto da modernidade ocidental, num dispositivo tal como essa noção é concebida por Foucault. Nesse sentido, a racialidade é aqui compreendida como uma noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder, conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder. (CARNEIRO, 2005, p. 56)

Ou seja, é indubitável que Sueli Carneiro, anos antes de Quijano cunhar a expressão colonialidade do poder, do saber e do ser, já expunha a racialidade como responsável pela dominação das subjetividades. Assim, racialidade como dispositivo de poder, para Sueli Carneiro, mostra-se semelhante ao conceito proliferado de colonialidade de Quijano, pois, para ela, a negação da humanidade, da capacidade de desenvolvimento e do pensamento do outro através da categorização é a base para a construção do ser. Em outras palavras, não recorrendo a autores do eixo Europa-EUA, como Slavoj Žižek e sua negatividade definidora presente no livro de Judith Butler (BUTLER, 2019), a construção do não ser é o fundamento para a construção do ser hegemônico, normativo, e de suas subjetividades (CARNEIRO, 2005).

5 CONTRIBUIÇÕES DE MARÍA LUGONES ÀS TEORIAS DE GÊNERO

Por outro lado, anos mais tarde, María Lugones apontou a necessidade de olharmos com cautela o gênero dentro da modernidade capitalista colonial. Assim, ela complexifica as análises de Quijano ao trazer a sujeitificação, a classificação e a desumanização atreladas ao gênero na dominação e na expropriação da colonialidade. O gênero/sexo, para Lugones, é colonialmente imposto, constituindo-se de uma categoria que divide os corpos em passíveis de vida e marcados pela morte. Assim, marcar o colonialismo como imposição do gênero é estabelecer que as relações não cisheteronormativas ocidentais que ultrapassam as dicotomias homem/mulher, pênis/vagina, tiveram suas subjetividades controladas e intensificadas a partir da “conquista das Américas”. A partir desse processo, esses indivíduos fora dos limites de gênero/sexo se tornaram alvos da colonialidade de gênero, desumanizados e expropriados de suas subjetividades criadoras, o que



legítima, ainda hoje, suas mortes. Além disso, para os que escaparam do genocídio, a precariedade e a subalternização através do epistemicídio, que dita quais saberes importam ou não, foram internalizadas nas relações sociais por meio da produção incessante e performática das subjetividades coloniais capitalistas modernas.

Ou seja, a organização do social em termos de gênero é hierárquica e dicotômica, e a organização do social em termos do sexo é dimórfica e relaciona o macho ao homem, inclusive para marcar uma falta. O mesmo é verdade para a fêmea. Então, os/as mesoamericanos/as que não compreendem o sexo em termos dimórficos, separáveis, mas em termos de dualismos fluidos, tornam-se tanto macho ou fêmea. (LUGONES, 2014, p. 943)

Ao fazerem um breve resumo das teorias de gênero hegemônicas, Judith Butler e Paul Preciado se tornaram cânones na discussão sobre a dicotomia somática do indivíduo, a partir de diálogos, críticas e aprimoramentos de outros estudos eurocentrados, como os de Michel Foucault (FOUCAULT, 1997). Dessa forma, o que podemos conciliar das leituras de María Lugones e da dicotomia e hierarquização dos corpos nas análises eurocentradas de gênero é que o cisheteropatricado faz parte de um projeto político e econômico voltado para o controle e a reprodução de subjetividades. Portanto, os corpos que não estão enquadrados nos padrões cisheteronormativos são considerados corpos sem valor econômico e político, ou seja, biopoliticamente precários e descartáveis. Desse modo, a expropriação de seus direitos políticos e sociais legitima a violência, a opressão e a morte desses corpos precários. Todavia, as reflexões sobre o regime farmacopornográfico de Preciado são claramente limitadas, por não levarem em conta uma leitura decolonial sobre a colonialidade de gênero: “A certeza de ser homem ou mulher é uma bioficção somatopolítica produzida por um conjunto de tecnologias do corpo, técnicas farmacológicas e audiovisuais que determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funciona, como próteses de subjetivação” (PRECIADO, 2018b, p. 127).

No mesmo sentido, a teoria do sexo/gênero de Judith Butler afirma a construção do sexo por discursos normativos de gênero materializados ao longo do tempo pela constante reiteração de suas normas com o fito de demarcar, oprimir, padronizar e selecionar corpos (BUTLER, 2019). Para Butler, a performatividade é responsável pela criação, a atualização e a perpetuação desse esquema dicotômico na sociedade. Entretanto, por possuir olhares eurocentrados, também esquece e silencia corpos não ocidentais, não brancos, os quais possuem relações impossíveis de traduzir em sexo e gênero, como mostra Oyèrónkẹ Oyèwùmí (OYÈWÙMÍ, 2004). Dessa forma, María Lugones expõe a facilidade e a recorrência de críticas à dicotomia gênero/sexo que omitem a dominação e a expropriação por meio da racialização hierarquizante dos corpos amefricanos e de

abordagens hegemônicas que podemos conceituar também como micropolíticas reativas, por silenciarem e esquecerem as mulheres negras do Sul-Sul, não enxergarem a colonialidade e suas resistências e, automaticamente, produzirem barreiras para a descolonização do gênero.

Assim, segundo Lugones, “é importante ver que um referencial conceitual pode muito bem ser fundamentalmente crítico da lógica ‘categórica’/essencialista da modernidade, criticar a dicotomia entre homem e mulher, e até o dimorfismo entre macho e fêmea sem ver a colonialidade ou a diferença colonial” (LUGONES, 2014, p. 943).

6 INSURREIÇÕES

O que a modernidade colonial capitalista não considerou passível de seu processo de dominação e exploração dos seres considerados sem importância é o que a torna vulnerável. Nesse sentido, é no corpo fraturado sobrevivente das tentativas necropolíticas de desumanização que se encontra a resistência à expropriação colonial de subjetividades. As subjetividades ativas são fruto da resistência ao novo regime, intitulado por Suely Rolnik de “capitalismo colonial cafetinístico”, pois é da própria vida que o capital se apropria. Em outras palavras, a exploração capitalista será feita a partir da dominação e do controle das epistemologias que ultrapassam os padrões normativos, desumanizando-as e destituindo-as de seus saberes, criando, assim, um mundo ideal de fonte subjetiva. Para Suely Rolnik, as resistências devem ser feitas a partir de uma reapropriação da epistemologia, da sexualidade, da potência de germinação de novas subjetividades e do “saber-do-corpo” (ROLNIK, 2018), a qual só pode ser feita, segundo Lugones, a partir do momento em que se visualiza a ação co-constituente das opressões da colonialidade, ou seja, não hierarquizáveis e não dissociáveis (LUGONES, 2014).

Sendo, assim, resistência “[à] tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão $\leftarrow \rightarrow$ resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno” (LUGONES, 2014, p. 940).

Para Lugones e para Rolnik, resistir à colonialidade de gênero e se insurgir contra o regime colonial capitalista ocidental moderno é impossível individualmente. Esse ato necessita de uma comunidade, de trocas e diálogos propostos a partir da subalternidade e do *locus* fraturado pela colonialidade³, a qual deve ser combatida. Os momentos em que as opressões estruturais co-

³ Anos antes de ser cunhando o termo “colonialidade”, Lélia Gonzalez, de forma similar, tratava de “exploração da mais-valia cultural e ideológica” (GONZALEZ, 2020).



constituintes dicotomizam os corpos e transformam aqueles que não se encaixam nos padrões vivíveis em desumanos e subalternos, coincidentemente, são responsáveis pela produção das resistências à colonialidade e de novas formas de pensar. Subjetividades ativas que criam formas de mundo que não só excedem os limites do colonial capitalismo moderno, como também podem destruí-lo.

As pedagogias feministas com carácter decolonial – entendidas como “práticas políticas pensadas desde as lutas” (WALSH, 2009) – exigem um processo de nos re-localizar como sujeitos comunitários e individuais atravessados por uma matriz de dominação (HILL COLLINS, 1998), cujas dimensões (de sexo-gênero, classe, raça e sexualidade) são co-constitutivas e inseparáveis desde a experiência e desde o tratamento político (LUGONES, 2012). (ESPINOSA; GÓMEZ; LUGONES; OCHOA, 2013, p. 414).

Todavia, o lugar da insurreição de Suely Rolnik certamente não se inicia na academia e nos artigos que teorizam a colonialidade, mesmo porque faz-se necessário compreender os limites normativos das universidades, as quais fazem parte e são geridas por governos coloniais capitalistas que visam primordialmente, em muitos casos, ao lucro.

Obviamente, creio que a transformação se dá de fora da academia, na coletividade, e nas comunidades. A academia, a final de contas, é uma instituição e como tal, tem suas hierarquias, suas regras de jogo e seus mecanismos de reprodução das desigualdades (CARIÑO *et al.*, 2013, p. 513).

Nesse sentido, Lélia González nos ajuda a perceber que as universidades, por carácter mais revolucionário que almejem ter, não perdem seu *status* de aparelho ideológico do Estado. Atentarmos para as barreiras impostas às subjetividades pelas consideradas “instituições do saber” faz-se fundamental para impedir práticas epistemicistas, dicotômicas e hierárquicas sobre saberes “outros” (GONZÁLEZ, 2020, p. 38). No mesmo sentido, na ausência dessa permanente crítica, percebemos que “é evidente que é muito fácil reproduzir a colonização a partir das mesmas intenções de descolonização se não há o exercício permanente de crítica de nossos postulados e ações” (CARIÑO *et al.*, 2013, p. 519).

Entretanto, esses apontamentos que fazemos quanto às teorias sobre a colonialidade servem de base para uma grande articulação, cujo fim é possibilitar uma direção coletiva e múltipla de práticas cotidianas, micropolíticas ativas que impeçam a expropriação de saberes não ocidentais, capitalistas e cisheteronormativos; saberes que valorizam pressupostos mais humanos e menos materiais, uma “ética de coalizão-em-processo” (LUGONES, 2014, p. 949).



Desse modo, a análise das opressões co-constituintes presentes na colonialidade, como mostra María Lugones, não deve conter segregações, em nichos desconexos, e hierarquizações de determinadas opressões sobre outras. A prática de ressaltar o entrelaçamento das normas de raça, classe e gênero na sociedade capitalista ocidental atual permite-nos não reiterar ações desumanizadoras. As micropolíticas reativas, responsáveis por cafetinar as subjetividades capazes de romper e desestabilizar este mundo normativo, devem ser evitadas, dando lugar às micropolíticas ativas de Suely Rolnik. Em outras palavras, o que devemos acentuar é que a co-constituição das opressões deve fazer parte das análises sobre as opressões da modernidade, em virtude de uma compreensão mais integral que não reforce as mesmas estratégias e ferramentas do sistema-mundo colonial-capitalista.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

CARIÑO, Carmen; CUMES, Aura; CURIEL, Ochy; GARZÓN, María Teresa; MENDOZA, Bienvenida; LONDOÑO, Alejandra; OCHOA, Karina. **Pensar, sentir y hacer pedagogías feministas descoloniales: diálogos y puntadas**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Feusp, 2005.

ESPINOSA, Yuderkys; GÓMES, Diana; LUGONES, María; OCHOA, Karina. **Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo descolonial: una conversa en cuatro vocês**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade a vontade de Saber**. Vol.1. 1997.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, PPGAV, EBA, UFRJ, n. 32, dez. 2016.



MULHERES negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2021.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando gênero. **CODESRIA Gender Series**, Dakar, v. 1, 2004. Tradução de Juliana Araújo Lopes. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero_os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

PRECIADO, Paul. A esquerda sob a pele.. *In*: ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**. São Paulo: n-1, 2018a. p. 11-22

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**. São Paulo: n-1, 2018b.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 21 n. 2-3, p. 22-32, 2007.

ROLNIK, Suely. O caso da vítima: para além da cafetinagem da criação e de sua separação da resistência. **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 79-87, dez. 2003.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SALINAS, René Olvera. **Pedagogías de la resistencia**: de los cómo sembrar vida donde está la muerte. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Enviado em: 18/05/2021
Aprovado em: 07/02/2022

Página 67